

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS



**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D618 A diversidade e as questões políticas, históricas e culturais [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-86002-67-6
 DOI 10.22533/at.ed.676202003

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Mudanças tecnológicas no século XXI fronteiras se aproximam por meio do mundo virtual, com elas intensificam migrações, as desigualdades, a globalização capitalista, os fundamentalismos, a luta pela terra e pela igualdade de direitos assumem outros formatos. Com ela transformam as formas de resistência com novas estratégias para um acelerada exploração capitalista, enfrentamento ao racismo, ao machismo, xenofobia, à LGBTIfobia, fundamentalismo político e religioso, à intolerância religiosa se intensificam pelos diferentes espaços do mundo. Fronteiras são quebradas e passagens são rompidas por uma vida cibernética, mudam se as relações das pessoas, os negócios entre os países, ideologias, posicionamentos políticos e governos. Circularam e aproximaram novos olhares sobre o mundo, conceitos, preconceitos, sustentabilidade. Aproximaram e fizeram circular visões de mundo, valores, sujeitos, conceitos, preconceitos, visões sobre o meio ambiente, sobre a sustentabilidade. Vários foram os motivos que o foco mudou, sujeitos sociais passam buscar o seu lugar de fala, seu protagonismo social e político, organizados ou não em movimentos sociais. E quando se organizam, estão vinculados àqueles que levantam bandeiras emancipatórias de gênero, raça, idade, deficiência. Esse conceito de emancipação versa em uma articulação de perspectivas que combinam desde a visão democrática-igualitarista de sociedade, a uma visão socialista e, até mesmo, políticas públicas para a diversidade.

Aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. É o que diz comunicado divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. No texto, a Unesco propõe que a legislação e os planos educacionais brasileiros incorporem perspectivas de educação em sexualidade e gênero. De acordo com o comunicado, isso se torna ainda mais importante porque a educação é compreendida como processo de formar “cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações”. De acordo a Unesco, o ensino de gênero nas escolas é primordial para prevenir e extirpar toda e qualquer forma de violência, em especial a violência de gênero. “Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativo.” O assunto é polêmico e alvo de embates entre entidades ligadas a direitos humanos e grupos religiosos, que alegam, entre outros argumentos, que o debate de gênero incentiva a homossexualidade. A questão chegou a ser excluída do Plano Nacional de Educação (PNE) por pressão de parlamentares conservadores, e de planos estaduais e municipais de educação. Os planos definem metas e estratégias para a educação desde o ensino infantil até a pós-

graduação e tratam também da formação de professores e financiamento do setor. As metas devem ser cumpridas até 2024. Para a Unesco, debater essas questões em sala de aula é fundamental para que homens e mulheres, meninos e meninas tenham os mesmos direitos. A intenção é que as escolas ensinem aos estudantes que todas as pessoas são iguais, independentemente da identidade de gênero, e que existem diversas orientações sexuais, que devem ser respeitadas. “As desigualdades de gênero, muitas vezes evidenciadas pela violência sexual contra meninas, expõem a necessidade de salvaguardar marcos legais e políticos nacionais, assim como tratados internacionais, no que se refere à educação em sexualidade e de gênero no sistema de ensino do país”, diz a agência das Nações Unidas. Um dos compromissos dos países-membros da Organização das Nações Unidas é garantir o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada pelo Brasil e todos os outros Estados-membros da ONU em 2015. Entre os 17 objetivos globais da agenda, está a garantia de ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes, e a promoção da educação para a igualdade de gênero e os direitos humanos. Em março, a Unesco divulgou o Atlas de Desigualdade de Gênero na Educação, que mostra que, no mundo, quase 16 milhões de meninas entre 6 e 11 anos nunca irão à escola. O número é duas vezes maior que o de meninos. Entre eles, no mundo, 8 milhões nunca frequentarão as salas de aula.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em A DIVERSIDADE E AS QUESTÕES POLÍTICAS, HISTÓRICAS E CULTURAIS.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GÊNERO E PRISÃO: OS IMPACTOS DO SISTEMA PRISIONAL SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E INVISIBILIDADE DA MULHER ENCARCERADA NO ESTADO DE ALAGOAS	
Bruna Araújo de Melo Ferreira Ialy Virgínia de Melo Baía	
DOI 10.22533/at.ed.6762020031	
CAPÍTULO 2	16
GÊNERO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS MOTORISTAS BRASILEIROS	
Carla Rezende Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.6762020032	
CAPÍTULO 3	27
CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS GÊNEROS E SUA INFLUÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS SORODIFERENTES PARA O HIV/AIDS	
Celestino José Mendes Galvão Neto Juliana Rodrigues de Albuquerque Ana Alayde Werba Saldanha	
DOI 10.22533/at.ed.6762020033	
CAPÍTULO 4	38
A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS	
Gustavo Nogueira Dias Wagner Davy Lucas Barreto Gilberto Emanuel Reis Vogado Eldilene da Silva Barbosa Natanael Freitas Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.6762020034	
CAPÍTULO 5	48
O PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro Célio Marcos Colombo Molteni depois de Paulo Melissa Camilo Débora Cristina Machado Cornélio Valquiria Nicola Bandeira Marilurdes Cruz Borges Fernando Sabchuk Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.6762020035	
CAPÍTULO 6	67
MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VIOLÊNCIA DE GÊNERO(S): DIÁLOGO INTRODUTÓRIO ENTRE SIMMEL E TEORIA QUEER	
Adriana Nolibos Baccin	
DOI 10.22533/at.ed.6762020036	

CAPÍTULO 7	79
MULHERES À MARGEM DA MATERNIDADE NA LITERATURA NEGRA Fernanda Mota Pereira DOI 10.22533/at.ed.6762020037	
CAPÍTULO 8	89
PRODUÇÃO LEGISLATIVA FEMININA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DA 55ª LEGISLATURA (2015-2018) Jonas Modesto de Abreu Dalila Rodrigues Barros Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.6762020038	
CAPÍTULO 9	100
MORRO DA CONCEIÇÃO: HISTÓRIA DE FÉ E CULTURA QUE SE ENTRELAÇA NO SUBÚRBIO DA CIDADE Lucy Patrícia da Silva de Farias Severino Barbosa da Silva DOI 10.22533/at.ed.6762020039	
CAPÍTULO 10	112
REPRESENTAÇÃO DE MINORIAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NA 56ª LEGISLATURA (2019-2022) Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida Leonardo Aires de Castro DOI 10.22533/at.ed.67620200310	
CAPÍTULO 11	129
RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO: AS MULHERES NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM SÃO PAULO Natália Yukari Mano DOI 10.22533/at.ed.67620200311	
CAPÍTULO 12	140
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DAS ESCOLAS MINEIRAS: ENFOQUES LEGAIS SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES Aline Claudino de Castro Débora Felício Faria DOI 10.22533/at.ed.67620200312	
CAPÍTULO 13	152
TRANSGÊNEROS CONTRA O ESTADO Beatriz Souza de Araujo Dhiego Felipe Pereira Monteiro DOI 10.22533/at.ed.67620200313	
CAPÍTULO 14	186
SEXUALIDADES E TRAMAS NARRATIVAS, UM MERGULHO COM ARTISTA LEONILSON Karlene da Silva Andrade Juliana Silva Chagas DOI 10.22533/at.ed.67620200314	

SOBRE A ORGANIZADORA.....	195
ÍNDICE REMISSIVO	196

A VIOLÊNCIA E SUAS DIFERENTES FORMAS

Data de aceite: 17/03/2020

Gustavo Nogueira Dias

Doutor, UNR (Universidade Nacional de Rosário),
Vínculo Institucional: Escola Federal Ten. Rego
Barros. Email: gustavonogueiradias@gmail.com

Wagner Davy Lucas Barreto

Mestre, Vínculo Institucional: Escola Federal Ten.
Rego Barros. E-mail: profwlucas@yahoo.com.br

Gilberto Emanuel Reis Vogado

Doutor, PUC SP (Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo). Vínculo Institucional: Escola Federal Ten.
Rego Barros. E-mail: gvogado@globo.com.

Eldilene da Silva Barbosa

Mestre. UNAMA (Universidade da Amazônia).
Vínculo institucional: Universidade Rural da
Amazônia(UFRA) . eldilenebarbosa@gmail.com

Natanael Freitas Cabral

Doutor, PUC RJ (Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro). Vínculo Institucional: Centro
de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade
Estadual do Pará. E-mail: natanfc61@yahoo.com.
br

RESUMO: A pesquisa mostra que o problema da violência tem sido recorrente e com o aumento do consumo de drogas tem tomado direções de difícil contorno pelos gestores das escolas. Várias razões para o problema são elencadas, o problema social da educação, onde a submissão dos pais em relação aos

filhos é maior, não conseguindo dar mais ordens ter mais pulso e nem propriedade sobre o que pedem e o que fazem; a escola que privilegia os alunos provenientes de uma classe socialmente dominante, esquecendo-se que a grande maioria vem de classes minoritárias. Dentre todos os problemas, a miséria; o uso de drogas; a chegada da adolescência; a inserção do grupo pesquisado em áreas de risco pertencentes à Territorialização Perversa; a falta de definição de um currículo pleno e adequado aos nossos problemas sociais; a falta de punição adequada; a influência do *habitus* familiar têm contribuído para disseminação da violência, estimulando atividades paralelas com o predomínio do tráfico de drogas e crime organizado onde apresenta uma crescente aproximação com a comunidade local carente de todos os tipos de serviço e benfeitoria não fornecida pelo Estado, provocando o aumento de todas as taxas de criminalidade o avanço do narcotráfico como também o aumento dos casos de transtornos psicológicos. Dentre essas razões, a violência tem aumentado.

PALAVRAS CHAVES: Violência, Uso de Drogas, Territorialização Perversa.

ABSTRACT: Research shows that the problem of violence has been recurrent and with increasing drug use has taken difficult directions by school managers. Several reasons for the

problem are listed: the social problem of education, where the submission of parents to their children is greater, unable to give more orders to have more pulse nor ownership over what they ask and what they do; the school that privileges students from a socially dominant class, forgetting that the vast majority come from minority classes. Among all the problems, misery; drug use; the arrival of adolescence; the insertion of the researched group in risk areas belonging to the Perverse Territorialization; the lack of definition of a full and adequate curriculum to our social problems; the lack of adequate punishment; The influence of family habitus has contributed to the spread of violence, stimulating parallel activities with the predominance of drug trafficking and organized crime, where it presents a growing proximity to the local community that is lacking in all kinds of services and improvements not provided by the state, causing the increase in all crime rates the advance of drug trafficking as well as the increase in cases of psychological disorders. Among these reasons, violence has increased.

KEYWORDS: Violence, Drug Use, Perverse Territorialization.

INTRODUÇÃO

A violência esconde em duas de suas várias faces o uso de drogas e delinquência juvenil e se manifesta inclusive em contextos escolares. Existe um conflito entre os interesses da sociedade e as posturas de usuários de drogas que se materializa numa dimensão de medo e incompreensão.

Pelas inúmeras situações que ocorrem no cotidiano muitas vezes não sabemos como agir. Apenas passamos por eles sem expressar qualquer alteração, em diversas ocasiões, por medo, até de falar bom dia, boa tarde ou boa noite, é como se estivéssemos em contato com uma doença contagiosa que ao se aproximar poderíamos ser contaminados por ela.

Percebemos que não somos nós que usamos de pensamentos discriminatórios em relação ao público discente da atualidade. Em entrevistas com professores de uma escola pública estadual em Belém, na semana pedagógica de 2015, outros docentes compartilhavam da mesma angústia: por que tratamos alguns de nossos alunos com olhares e pensamentos, como se fossem a escória do mundo, discriminando todas as suas atitudes, palavras ou cumprimentos?

COMO REDUZIR A CRIMINALIDADE?

Qual a melhor forma de combater a criminalidade? A idade penal brasileira é muito alta? Segundo o Anuário de Segurança Pública (2015), praticamente 45% dos crimes e assaltos cometidos à mão armada, são de menores infratores.

A pena de morte tem sua origem histórica, no âmbito internacional, tendo como fato, a punição. Outrora, à época do Brasil Colonial, isto é: antes da independência (1822), estava adotado o regime da pena de morte para os crimes comuns. O fim - formal - da pena de morte ocorreu com a Constituição de 1891, apesar de ter sido

contemplada, ainda que por pouco tempo, na República, em 1937. O Código Criminal, 1830, não a excluiu, mas sua aplicação ficou limitada a casos de homicídio, latrocínio e rebelião de escravos; mostrando-se como tenaz mecanismo de controle social em face do regime absolutista, que não admitia contraposição; aboliram-se os espetáculos circenses e passou-se a julgar, através de um conselho de jurados, composto de doze cidadãos, Beccaria (2001).

Pela Constituição Federal Brasileira, qualquer projeto de lei que verse sobre pena de morte é rejeitado pelo Senado Federal e Congresso Nacional e não passam para nenhuma votação. É vetado automaticamente, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013.

O Jornal Diário do Pará (2014, dezembro), relata que policiais confirmam que nas celas de muitas delegacias da cidade de Belém cabem em torno de 12, mas tem 20 ou mais detentos e que os delegados, no geral só prendem se for gravíssimo e alegam que não existem penitenciárias e nem celas nas delegacias da cidade que possam suprir a tamanha demanda de criminosos. Paralelamente a isso temos o problema de grupos de extermínio.

Segundo o diário do Pará, de 15 de dezembro de 2014, que em Belém, PA, está formado um grupo especial que não perdoa criminoso, pois já sabem que o meliante sendo levado para a delegacia e se não tiver acusação formal ou for um crime gravíssimo, provavelmente o delegado vai colocá-lo em liberdade.

Na concepção de Foucault (1999) a punição torna-se a parte mais complicada do processo penal, atingindo várias percepções. Uma delas é a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime. O escândalo sofrido pelo homem no momento em que é exposto na mídia sofre transformações através dos debates que ocasionará a sentença e a vergonha imposta ao réu, através de toda publicidade, que será veiculada na mídia como consequência do crime praticado, gerada pela atrocidade do seu crime.

Um dos grandes problemas de nossas cidades é a quantidade cada vez maior de criminosos a solta; sem dúvida o afrouxamento da severidade penal no decorrer dos anos é um fenômeno conhecido. É o princípio da humanidade em questão; mais respeito, maior suavidade e menos sofrimento, e tanto mais humano será o castigo. Esse problema se agrava, quando se trata de pessoas doentes, psicóticas que estão à solta, matando por motivos irrelevantes. Há crimes que o assassino bate na porta e assim que a pessoa abre, faz o disparo da arma sem nem olhar quem é o sujeito.

O QUE PODE MOTIVAR UMA AÇÃO CRIMINOSA?

Hoje, como também no passado, temos os problemas: Anomalias psíquicas como, por exemplo, os perversos, os loucos, os vagabundos os desorientados, os inabilitados e outras categorias que cada vez mais se somam aos nossos problemas contemporâneos.

A explicação é que o código penal francês de 1810, previa que não há *crime*

(ato ilícito com previsão legal de forma e respectiva pena, determinando um ilícito em espécie. Ex: Lesão Corporal Qualificada), *sem delicto* (ato ilícito utilizado genericamente, estabelecendo que uma conduta ilícita foi praticada. Ex: Ofensa física).

A possibilidade de invocar a loucura excluía a qualificação de um ato como crime, e se não havia crime não existia o delito. Desde então surgiram vários problemas onde os tribunais do século XIX, a partir desse problema começaram a aceitar que é possível alguém ser culpado e louco, devendo ser enclausurado e tratado.

Nas relações humanas atuais, para evitar à violência, a sociedade administra receitas antigas e seculares que sempre deram certo. Formou-se uma sociedade de coerções que são trabalhos desenvolvidos pelo corpo, definindo assim como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros para que trabalhem de uma forma previamente determinada segundo princípios da eficácia, agilidade e rapidez, dessa forma se conheceu um comando chamado disciplina ou obediência, ela inverte a energia fazendo a potência que seria transformada em trabalho em uma sujeição extraordinária, criando uma dominação do corpo marcante.

Não temos prisões seguras. Na maioria delas os grupos associados ao crime, como tráfico de drogas e armas, o encarcerado consegue se associar a outros grupos e assim manter todo um sistema da manutenção de um cartel de crimes praticados continuamente na sociedade sob voz de apenas um comandante ou um grupo fechado de criminosos que estão dentro da prisão e que tornam as suas vozes e vontade atuar em vários segmentos sociais e articulam vários crimes insolúveis pelas autoridades competentes, pois sempre esbarra no óbvio: como punir alguém que já está preso? Já está cumprindo pena por inúmeros crimes?

Abaixo, observe a Figura 01, presídio de Pedrinhas:



Figura 01. Violência nos presídios. Fonte: Revista veja (janeiro 2017).

Pelas informações veiculadas na mídia, revista veja de 15/01/14, percebemos

que inúmeras vezes o governo brasileiro gasta milhões de reais para construir novas prisões, ou reformar penitenciárias. A reforma pode tornar-se muito mais dispendiosa que uma construção normal, porque requer mais atenção ao executar a obra que muitas vezes estão em mal estado por inúmeros motivos incluindo a culpa dos próprios detentos que em rebeliões acabam por inutilizar e corroer toda a parte construída como também pintura das prisões.

O presídio de Pedrinhas foi terceirizado por uma empresa que tem afinidade com o governo do Estado do Maranhão. Os salários dos monitores são completamente defasados em relação aos agentes penitenciários efetivos do Estado. A este fato, existe o arsenal de facas, telefones e armas apreendidas. A ordem geral em voga na penitenciária de Pedrinhas é decapitar e despontar com a cabeça do desafeto nas mãos.

Como relata Foucault (1999):

O famoso artigo 3º do código francês de 1791 — “todo condenado à morte terá a cabeça decepada” — tem estas três significações: uma morte igual para todos; uma só morte por condenado, obtida de uma só vez e sem recorrer a esses suplícios e o castigo unicamente para o condenado, pois a decapitação, pena dos nobres, é a menos infame para a família do criminoso.

Parece que voltamos aos tempos da revolução Francesa, narradas por Foucault, onde o suplício é a característica principal das execuções, sendo a cabeça separada do corpo como um troféu, chegando às vezes a ridicularizarem com a cabeça improvisando brincadeiras semelhantes a uma bola de futebol. Outro método adotado pelos presos é o esquartejamento, a fim de desaparecerem com o corpo.

OS CÓDIGOS DE PUNIÇÃO E A REAL EFICÁCIA

De acordo com Foucault (1999), seria ingênuo acreditar que a lei é feita para todos. É legal reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros e que inicialmente ela obriga a todas as pessoas, mas são encaminhadas as classes mais numerosas e sua aplicação não se refere a todos da mesma forma. O que se entende é que por falta de recursos e de educação estes grupos sociais não sabem conservar-se nos limites da lei. A burguesia não se interessa pelos loucos e indisciplinados, mas pelo poder; não se importa com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância no ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, segue, punem e reformam o delinquente.

O efeito bumerangue da delinquência é o fato de que quando o criminoso é encaminhado para uma prisão e que o estado ao punir com uma pena específica, não consegue corrigir, seria como uma espécie de “punição-reprodução”, nesta espécie de reformatório acaba se tornando uma forma de escola de violência, onde o delinquente aprende novas técnicas de matar, roubar, estuprar, etc.

Atualmente os delinquentes se veem a praticar uma criminalidade localizada de uma forma política sem representar algum perigo e economicamente sem consequência. A justiça penal funciona como uma válvula de transmissão. Ela faz a troca de papéis, cujos principais atores são a polícia, a prisão e a delinquência.

A força inercial que a prisão opõe a justiça é coisa antiga. Talvez seja efeito da esclerose do deslocamento do poder. Podemos dizer que a justiça penal é feita para atender a demanda de um grupo de pessoas atreladas a um meio de controle mergulhado a sombra da delinquência. O delegado prende e após alguns dias solta. Não porque quer ou porque sente vontade ou é corrompido. Solta porque não há mais espaço. Surgiu outro criminoso com “peso” maior. Cometeu mais crimes, até hediondos e talvez não seja possível manter aquele que cometeu um crime primário em comparação a este último que cometeu vários crimes. O detentor da lei neste momento tem que julgar por opção de justiça mais adequada.

Não há espaço físico na cela disponível naquela determinada delegacia para mais um. Neste momento o responsável pela manutenção da lei, tem que soltar aquele que representa menor periculosidade para a sociedade. Abrindo as portas para este criminoso certamente se sentirá impune, e que nada o atingiu. Passou apenas 24hs detido em uma cela com 20 ou 30 pessoas e de repente é solto, sem nem ao menos pedir ou solicitar um defensor. No seu julgamento isso se torna um efeito multiplicador de atrocidades. Nada lhe acontece, é o que pensa. A partir desse momento a válvula de reprodução da violência começa a se dilatar até o momento em que este delinquente acaba por cometer crimes cada vez mais alarmantes onde não poderá ser trocado por outro na cela por ordem de importância de atrocidades cometidas.

AS LEIS BRASILEIRAS E O MENOR INFRATOR

Hoje o adolescente quando comete um ato infracional grave, não passa muito tempo retido, no máximo três anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, (2017) o protege de uma forma incompreensível. De acordo com o gráfico da figura 25, percebemos que em torno de 60% dos crimes de morte são cometidos por sujeitos menores de 18 anos, são chamados de atos infracionais. E são beneficiados pela lei onde a maioria penal é só aos 18 anos.

No passado as pessoas que iam para os grandes centros trabalhar, encontravam fábricas que eram na verdade espécie de convento, fortalezas, que se entrava e só se conseguia sair no final do expediente, onde o princípio de funcionamento é tirar o máximo de proveito das forças unidas de produção e dessa forma retirar todos os seus inconvenientes iniciando aí a denominação de organização.

O princípio da organização de diversas formas, como por exemplo, em fila ou questões resolvidas por certa ordem de dificuldade, chamada dos alunos por ordem estritamente rigorosa alfabética. A forma de organização foi um dos grandes avanços da educação como um todo. Impõe ao indivíduo a noção de comportamento serial,

onde aparece a educação passo a passo.

Essa noção de hierarquia foi toda esquecida e perdida, intrinsecamente na consciência do sujeito. Sem dinheiro, sem família, para lhe dar apoio, e com fome, este indivíduo terá a certeza quase absoluta de ser um soldado implacável voltado ao crime. É a selva urbana.

Homem saudável, forte, sem emprego, sem família sem qualquer tipo de ajuda financeira é a receita favorita da composição flagrada do nascimento de um criminoso nesta terra de dominação de classes e de falta de oportunidades. Estes são os estágios de evolução de um indivíduo nascido “normal” para um tirano das ruas.

Obsta claramente a ressalva de um princípio que não pode ser esquecido em nenhuma hipótese: *Não Ociosidade*. O fato de estar desocupado, sem nenhuma atividade pode, em algum momento, declinar este sujeito a praticar atitudes que lhe remetam a um código de ações não autorizadas e nem permitidas em nossa sociedade, como exemplo, assaltos, assassinatos, estupros e os inúmeros crimes existentes em nossa coletividade.

Na concepção de Foucault (1999) a disciplina faz funcionar um poder relacionado que se sustenta por seus próprios mecanismos, substituindo o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Os exames e provas estão no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber, é a prática e a instituição do sistema de provas e exames que se consegue extrair do máximo das forças e do tempo necessário à consecução dos objetivos.

Observamos que o criminoso de amanhã talvez seja o nosso aluno de hoje. E até o próprio bandido é o nosso aluno. Falamos muitas vezes que não há punição como outrora. O sistema educativo e suas ações punitivas mudaram drasticamente. Nós somos investidos de relações de poder e de dominação.

Um sistema de trabalho só será possível se este está atrelado a um sistema de sujeição e resignação. Este ser só se torna útil se for produtivo e submisso. Provavelmente o comportamento destes alunos está associado ao conceito de disciplina. Esta exige que cerquemos o seu espaço. É necessário um local protegido, fechado. Hoje a intenção de retornarmos a uma espécie de internato, onde era pelo menos parecia ser, o mais perfeito e caro.

Era nesse sistema que ocorria o mapeamento dos sujeitos, seu esmiúçamento e descrições de atitudes e palavras dos indivíduos. Dessa forma se forjava a personalidade e o caráter dos alunos internados. Essa forma de ensino está voltando. Fala-se em escolas profissionalizantes em que o aluno entra pela manhã e sai à tarde com aulas normais do ensino médio pela manhã e à tarde o ensino profissionalizante ou vice-versa de acordo com a clientela. Estamos percebendo que o tempo ocioso de nossos alunos pode custar muito mais caro que a implantação de tal sistema.

Voltamos aos princípios das escolas religiosas “É proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens”. (Foucault, 2012).

O nosso saber e nossa produção natural de força de trabalho é colocada sob a ação de duas forças, a de poder e de dominação. A força de trabalho só é possível se estamos atrelados a um sistema de condicionamento e submissão, não ocorrida apenas pelos instrumentos de opressão, pode ser calculada e sutil, mas tem a capacidade de impor uma ordem, um comando de forma hierarquizada e que todos obedeçam, desvelando assim táticas em que as relações humanas administram o seu domínio. Quem detém o poder provavelmente tem através de suas relações interpessoais o domínio de várias atitudes e feitos sociais excludentes de inúmeras classes sociais. A dominação funciona como um quartel general em que a patente mais alta dita a todos as normas de conduta a serem praticadas sob uma lente defeituosa que os erros são determinados somente sob o seu aspecto e orientação, não coexiste outra lei senão a ditada pelo soberano que detém o poder e juntamente com este atributo inerente a ele nasce o saber.

A contribuição de Foucault (2008) é a de conceber o poder não como algo fixo, nem tampouco como partindo de um centro. Poder e saber são mutuamente dependentes. Não existe saber que não seja a expressão de uma vontade de poder. Ao mesmo tempo, não existe poder que não se utilize o saber, sobretudo de um saber que expressa como conhecimento das populações e dos indivíduos submetidos ao poder. Saber que se torna uma fonte de informação privilegiada. Funciona da mesma forma que um operador da bolsa de valores que detém informações que podem deixar um homem milionário em menos de 24 horas. Assim podemos conceber o poder e saber como algo mútuo, solidário reciprocamente ao outro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das três informações básicas, poder, dominação e saber, forma uma tríade, que na atualidade se transforma em uma espécie de monstro em que toda a atividade humana sofre interferência dos sujeitos que detém esta tríade ao seu dispor.

O indivíduo que articula essas três informações, provavelmente orchestra a disciplina e organiza uma economia positiva de um emprego do tempo. A conquista do trabalho prevê atividades próprias que devem ser realizadas em tempo únicas e exclusivas durante o seu trabalho. Observa-se aí o uso adequado do tempo. O indivíduo não tem tempo para pensar em outra coisa a não ser terminar o trabalho e ir para casa descansar. Repouso esse, justo e adequado ao tempo de trabalho e produtivo e apropriado para as relações familiares. A não ociosidade pode, em algum momento e situação da vida do sujeito afastar a possibilidade desse indivíduo em entrar na vida do crime. Não que isso seja regra, pois há muitos empresários, políticos, funcionários públicos e talvez até religiosos que tenham rotinas extremamente atribuladas e cometem vários crimes, peculato (dinheiro público mal aplicado ou desviado), roubo de equipamentos e de dinheiro público e etc.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

É necessário rever os nossos códigos, discutir a redução da idade penal e rever as regras e leis aplicadas na atualidade de forma a reduzir a criminalidade principalmente na forma embrionária de infração penal.

A disciplina, o uso do tempo, o saber, a articulação do poder e o exercício da dominação são itens importantes que podem eventualmente ser relacionado à prática do habitus, coexistente no indivíduo como também no padrão social em que vive.

A falta da definição de um currículo pleno e adequado aos nossos problemas sociais, que permita aos jovens ter condições de se habilitar a uma vaga no mercado de trabalho é um dos maiores problemas, onde o indivíduo não vê um futuro próximo necessário para encontrar o meio correto de sobrevivência. Estas não adequações de uma forma organizada dos conhecimentos curriculares podem afetar o seu comportamento futuro interferindo na construção da cidadania, acarretando um vazio e uma falta de um objetivo específico com o não desenvolvimento de uma futura carreira do trabalho, manifestando a insatisfação destes grupos através da violência no ambiente escolar.

A idade em que nossos jovens concluem o ensino médio é entre 17 e 23 anos, considerada muito tardia comparada a outros países. A partir desse momento é que se pensa em adquirir uma profissão indo para a universidade, ou seja, para aqueles sujeitos, que por qualquer motivo, não tiverem condições de prosseguir seus estudos este não terá uma profissão e estará fadado a ter um currículo igual a todos os milhares de jovens, sem nenhuma habilitação para o mercado de trabalho, causando o desestímulo em prosseguir seus estudos e de certa forma propalando a violência no ambiente escolar, pois vê um obstáculo muito rígido na construção da sua cidadania sem um modo coerente de sobrevivência em sociedade.

Estas formas de punição apresentada pelo ECA, em que o delegado não pode prender o adolescente, se não pode responder criminalmente por isso, tornaram a justiça cega para os maiores delitos criminosos no país, protegendo o adolescente e o estimulando a cometer atrocidades sempre o beneficiando da pouca punição proposta pelo sistema que não passará dos três anos. Esta forma de construção da cidadania proposta pelo sistema de leis como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem interferido diretamente na propagação e disseminação da violência dentro e fora do ambiente escolar.

Na própria escola eles são informados de seus direitos e deveres e até são associados aos delinquentes que lá estão matriculados a fim de arregimentar mais soldados do crime. As pesquisas realizadas nas escolas da Pedreira comprovam esta situação, 36% dos adolescentes estão enquadrados como possuidores de transtorno parcial da personalidade onde o primeiro indicativo do provável envolvimento com a delinquência que começa dentro da escola e com 21% de adolescentes com transtorno global da personalidade já com condutas delinquentes reafirmadas por eles em um

questionário respondido em sala e anônimo. Em face de todas as circunstâncias, concluo que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem sido o maior entrave na construção da cidadania necessária a sobrevivência da vida humana e a manutenção do sistema escolar, pois sobrepuja o ser humano em todas as esferas permitindo todas as atrocidades cometidas por jovens sem serem punidos como deveriam ser.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 8, Ministério da Justiça, 2015.

BECCARIA, C.: **Os delitos e as penas**. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2001.

BRASIL. [ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE]. **Estatuto da criança e do adolescente**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

FOUCAULT, M. :Vigiar e Punir. **História da Violência das Prisões**. 27ª edição. Petrópolis. Ed. Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução Roberto Machado, 25ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Grupos de Milícia em Belém do Pará, 15 dezembro de 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 83, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194

Autobiografia 186, 190, 192

B

Bio-Tanatopolítica 152, 157

C

Câmara dos Deputados 89, 94, 112, 117, 118, 119, 120, 126, 127, 177

Cidadania 16, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 63, 92, 132, 133, 135, 138, 145, 158

Cultura 4, 18, 20, 21, 22, 25, 29, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 98, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 117, 137, 148, 153, 160, 170, 171, 188, 191, 195

D

Direito à cidade 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138

E

Educação 7, 9, 15, 16, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 38, 42, 43, 44, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 77, 82, 95, 97, 98, 99, 111, 127, 131, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 185, 195

Educação Especial 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150

F

Fé 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 184

Feminismo 67, 68, 77, 79, 85, 99, 169, 172, 184

G

Gênero 1, 4, 6, 8, 9, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 52, 53, 54, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 91, 97, 98, 99, 116, 130, 136, 137, 138, 139, 147, 153, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 191, 193

Georg Simmel 67, 68

H

História 3, 4, 12, 14, 28, 35, 36, 37, 47, 56, 64, 66, 71, 77, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 100, 101, 104, 105, 110, 111, 117, 133, 138, 157, 158, 162, 171, 174, 175, 182, 184, 186, 187, 194, 195

HIV/Aids 27, 28, 29, 30, 31, 35, 36

Homossexualidade 161, 162, 169, 186

I

Inclusão 13, 30, 63, 65, 93, 117, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 154, 157, 159, 165, 169, 181

Invisibilidade 1, 35, 83, 138

J

Judith Butler 67, 68, 191

L

Literatura pós-colonial 79, 84

Lutas feministas 129, 133

M

Mães 79, 80, 82, 83, 86, 88

Masculinidade hegemônica 20, 67, 70, 73, 75, 76

Morro da Conceição 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111

Movimentos Sociais 98, 132, 137, 138, 152, 165, 175, 183, 185

Mulher 1, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 22, 25, 32, 33, 51, 52, 66, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 85, 91, 92, 93, 95, 97, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 160, 162, 163, 164, 170, 171, 172, 174, 179

Mulheres na cidade 129, 130, 133, 135

N

Narrativa 163, 173, 186

Necropolítica 152

P

Poder Legislativo 112, 127

Prisão 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 41, 42, 43, 113, 163

R

Representação política 90, 93, 94, 97, 99, 112, 116, 128, 185

Representação política de minorias 112

S

Sala de Recursos 140, 146, 150

Sexualidade 22, 35, 36, 37, 77, 157, 160, 167, 169, 171, 172, 174, 176, 180, 183, 186, 192, 193, 194, 195

Sorodiferença 28, 29, 31, 32

T

Teoria Queer 67, 68, 71

Territorialização Perversa 38

Trânsito 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26

Transvestigeneres 152, 169, 172, 176, 179, 181

U

Uso de Drogas 38, 39

V

Violência 1, 7, 10, 11, 15, 22, 23, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 52, 58, 60, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 87, 97, 134, 135, 137, 139, 153, 159, 163, 166, 186, 191

Violência de gênero(s) 52, 67, 68, 69, 73, 75

 **Atena**
Editora

2 0 2 0